



Estado do Rio Grande do Norte

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**  
**PALÁCIO VER. JOEL CANELA**

CNPJ: 08.545.956/0001-80

Av. Mira Selva, 330 – Centro – CEP. 59795-000 – Felipe Guerra/RN

Email: [camarafg@bol.com.br](mailto:camarafg@bol.com.br)

**Número do Processo:** 507001/2026

**Unidade Interessada:** Gabinete do Presidente

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria na área de licitações e contratos administrativos, mediante disponibilização de profissional com qualificação técnica compatível com o objeto, visando ao apoio técnico-operacional, orientação, acompanhamento e assessoramento das atividades relacionadas ao planejamento das contratações públicas, análise e acompanhamento de contratos administrativos, termos aditivos, atos preparatórios, e demais instrumentos correlatos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, com o objetivo de atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Felipe Guerra/RN, durante o exercício de 2026, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência.

**Termo de Dispensa nº 10/2026**  
**em razão do valor (art. 75, II)**

**1 - Objeto**

Trata-se de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor a ser celebrado com a empresa W L DE GOIS SERVICOS – CNPJ: 35.847.855/0001-37, conforme Documento de Formalização da Demanda confeccionado pela Unidade Interessada, com a necessidade da contratação devidamente justificada nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência.

**2 - Cabimento da Dispensa em Razão do Valor**

A Lei nº 14.133/21, que regulamenta as licitações e contratos, no art. 75, I e II, prevê a hipótese de dispensa de licitação em razão do valor:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; (conforme atualização do Decreto nº 11.871/2023).

Esses valores são atualizados anualmente, conforme art. 182 da Lei nº 14.133/21:



Estado do Rio Grande do Norte

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**

**PALÁCIO VER. JOEL CANELA**

CNPJ: 08.545.956/0001-80

Av. Mira Selva, 330 – Centro – CEP. 59795-000 – Felipe Guerra/RN

Email: [camarafg@bol.com.br](mailto:camarafg@bol.com.br)

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Atualmente, o Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, atualizou os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/21 nos seguintes termos:

Art. 75, inciso I (contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores)	<b>R\$ 130.984,20</b> (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos)
Art. 75, inciso II (contratação de outros serviços e compras)	<b>R\$ 65.492,11</b> (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

A aferição desses valores deve se dar nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 75:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com *objetos de mesma natureza*, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

No presente caso, há Declaração de não fracionamento emitido pelo responsável pela Unidade Gestora, a partir de planilha de controle de objetos e linhas de fornecimento incluso nos autos.

**3 – Dados do Contratado**

A empresa a ser contratada encontra-se qualificada abaixo:

Nome	W L DE GOIS SERVICOS		
CNPJ	35.847.855/0001-37		
Endereço	R JOSE FIRMINO DE OLIVEIRA 187		
Bairro	CIDADE ALTA	Cidade	APODI
Estado	RN	CEP	FELIPE GUERRA
E-mail	<a href="mailto:wlgcomercioservicos@gmail.com">wlgcomercioservicos@gmail.com</a>	Telefone	(84) 9947-4397

**4 - Razão da Escolha Executante do Contratado (Lei nº 14.133/21, art. 72, VI)**

A escolha da Contratada atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à habilitação e qualificação do contratado, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a dispensa de licitação por meio de parecer técnico, quando for o caso.

Em análise aos presentes autos, observamos os preços apresentados pela empresa, Estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo ao Termo de referência.



Estado do Rio Grande do Norte

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**

**PALÁCIO VER. JOEL CANELA**

CNPJ: 08.545.956/0001-80

Av. Mira Selva, 330 – Centro – CEP. 59795-000 – Felipe Guerra/RN

Email: [camarafg@bol.com.br](mailto:camarafg@bol.com.br)

Além disso, a empresa comprovou a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme documentação acostada aos autos. Portanto, a escolha do Contratado se dá em razão de sua aceitabilidade pelo público local, o que atente à Lei nº 14.133/21, art. 72, VI.

**5 – Da Estimativa da Despesa e Justificativa do Preço (Lei nº 14.133/21, art. 72, II e VII)**

A **estimativa da despesa deve ser realizada** (art. 72, II) deve ser calculada na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/21. Para o cumprimento dessa exigência, pode-se tomar dois caminhos: (i) realizar um orçamento estimativo ou (ii) coletar propostas (cotações diretas), que serão utilizadas também como critério de balizamento de preço. No presente caso, devido à baixa materialidade da contratação, optou-se por um rito simplificado, coletando as cotações diretas, que já servem como referência de preço, conforme autoriza a IN SEGES nº 65/21, art. 7º (§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa).

A **justificativa do preço** (art. 72, VII) a ser contratada se dá porque o representante de menor preço entre as propostas apresentadas, sendo esse o critério que melhor representa a economicidade e o interesse público no presente caso.

**6 – Dos Requisitos de Habilitação (Lei nº 14.133/21, art. 72, V)**

A Contratada apresentou contrato social, comprovante de inscrição no CNPJ, além das certidões de regularidade fiscal da União, Estado e Município. Além disso, comprovou a regularidade com a Previdência, com a Caixa Econômica Federal, além da certidão negativa de débitos trabalhistas.

Dessa forma, comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessário à execução do objeto, atendendo assim a Lei nº 14.133/21, em seu art. 72, inciso V.

**7 – Da Previsão de Recursos Orçamentários (Lei nº 14.133/21, art. 72, IV)**

Para o atendimento da Lei nº 14.133/21 (art. 72, IV), a Secretaria Municipal de Finanças informou **existir saldo orçamentário** na Lei Orçamentária Anual em vigor conforme abaixo detalhado:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>Unidade</b>	01 - Câmara Municipal
<b>Programa</b>	0043 - FORTALECIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
<b>Ação</b>	2001 Manutenção das Atividades da Câmara.
<b>Rubrica</b>	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



Estado do Rio Grande do Norte

**CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**

**PALÁCIO VER. JOEL CANELA**

CNPJ: 08.545.956/0001-80

Av. Mira Selva, 330 – Centro – CEP. 59795-000 – Felipe Guerra/RN

Email: [camarafg@bol.com.br](mailto:camarafg@bol.com.br)

<b>Fonte</b>	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
--------------	--

**8 - Conclusão**

Ante o exposto, a empresa W L DE GOIS SERVICOS – CNPJ: 35.847.855/0001-37, deve ser contratada por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 72 e art. 75, II.

Encaminho o presente Termo à Assessoria Jurídica para se manifestar sobre a legalidade e, em seguida, ao Presidente, para análise, ratificação e publicação na imprensa oficial como condição de eficácia do ato.

Felipe Guerra/RN, 14 de maio de 2026

  
Maria Eliete da Silva  
Agente de Contratação